

Plano logístico vai incluir a renovação antecipada de concessões de ferrovias

Por Murillo Camarotto | De Brasília

A renovação antecipada das concessões ferroviárias é o destaque do Plano Nacional de Logística (PNL) que o governo pretende anunciar na próxima semana. A ideia é que o plano defina um conjunto de obras que terão prioridade no recebimento de recursos do Orçamento da União, de forma a inibir o uso eleitoreiro dos investimentos.

Técnicos que trabalham na elaboração do PNL usaram uma ferramenta para simular o comportamento das cargas em cada um dos cenários testados. Os resultados mostraram que a renovação dos contratos pode elevar para 31% a participação do transporte ferroviário na distribuição de cargas no país em 2025.

Hoje, cerca de 15% da carga é escoada por estradas de ferro. Sem as renovações, a fatia sobe para 21%, já que as simulações consideram a entrada em operação das ferrovias Norte-Sul e Oeste-Leste (Fiol). Essa última, com obras paradas há bastante tempo, deve ter

o edital para retomada publicado ainda este ano.

Os novos estudos foram doados pelo governo da Bahia e os detalhes acertados com técnicos do Ministério dos Transportes. A versão final dos estudos foi entregue esta semana e o governo quer marcar a audiência pública.

Em troca de mais 30 anos de vigência em seus contratos, as operadoras prometem investir R\$ 25 bilhões na ampliação das malhas. O governo vê a opção como a mais vantajosa, visto que os investimentos seriam imediatos e resolveriam os principais gargalos verificados nas ferrovias.

Com essas obras, a economia anual nos custos de logística ficaria na casa das dezenas de bilhões de reais. O governo ainda não desistiu de renovar os principais contratos ainda este ano, mas enfrenta grandes dificuldades operacionais e burocráticas para assinar os novos contratos.

A Rumo, que controla a concessionária Malha Paulista, já elaborou mais de 70 projetos executivos de obras no interior de

São Paulo para dar mais robustez ao pedido de renovação. Duas ferrovias operadas pela Vale (Vitória-Minas e a Estrada de Ferro Carajás) devem ter audiências públicas abertas em julho para a discussão das minutas de aditivos.

O PNL também prevê a inclusão de dezenas de rodovias no pacote de obras prioritárias. A resolução que oficializa a criação do plano será aprovada pelo conselho do Programa de Parceiras de Investimentos (PPI) - que é formado por vários ministérios - e ganhará força de lei por meio de um decreto presidencial.

"O decreto sinaliza que aquilo é prioritário e, como tal, mais protegido de ingerência política. A ideia é que seja uma política de Estado, e não mais de governo", disse uma fonte que participa da elaboração do PNL. "Mas é bom salientar que não há trava legal, ou seja, outras obras poderão ser incluídas."

Pelo que está previsto, se o governo quiser, em uma negociação com aliados políticos, acrescentar algum projeto na lista de prioridades, será necessário registro público dessa solicitação.

Anatomia de uma recuperação que foi perdendo o fôlego

A recuperação da economia já vinha perdendo parte de seu ímpeto em abril, antes da paralisação dos caminhoneiros que derrubou forte e abruptamente as atividades em maio. O Banco Central, em seu Relatório da Inflação trimestral, revisou para baixo o avanço do PIB deste ano de 2,6% para 1,6%. Apenas um setor teve sua estimativa elevada, o agropecuário, entre os componentes da oferta. Entre os da demanda, as projeções para os investimentos foram mantidas em 4% no ano.

A média móvel trimestral encerrada em abril mostrou, em relação ao primeiro trimestre do ano, um arrefecimento da produção industrial e do setor de serviços, com apenas alguma aceleração na margem do comércio. A perda de fôlego foi mais pronunciada na indústria (queda de 0,1%) - só 7 dos 26 setores tiveram aumento de produção.

O BC agora prevê que a indústria deve avançar a praticamente metade da velocidade anteriormente prevista (1,6% ante 3,1%). Igualmente significativa é a reestimativa para a indústria de transformação (2,4% ante 4%), enquanto que frustrou-se a esperança na recuperação da construção civil, que continuará deprimida este ano, com contração de 0,7% e não expansão de 1,5%. Há reduções importantes de estimativas em todos os subsetores de serviços, que deve crescer 1,3%.

A demanda agregada evoluirá menos favoravelmente com o desempenho mais ameno do consumo das famílias, que carrega consigo dois terços do PIB. Ele avançará 2,1% (e não mais 3%), "compatível com uma recuperação mais lenta da massa salarial, resultado da redução no ritmo de crescimento dos rendimentos e da

população ocupada", segundo o BC.

Uma análise do desempenho da economia após quatro recessões indica que, em vários aspectos, a recuperação agora é bem mais lenta que nos períodos de 2003 e 2009 e em linha com os de 1999 e 2001. Um dos fatores distintivos relevantes é a retomada do mercado de trabalho, que, cinco trimestres após a recessão iniciada em 2014, é bastante mais morosa que nos 4 ciclos recessivos anteriores, com aumento da população ocupada de 1,9%, em relação aos 4,9%, 7,7%, 3,9% e 4,1% dos ciclos recessivos anteriores.

Ainda assim, o ritmo do consumo das famílias foi de 3,1%, equivalente ao dos períodos comparados, com intervalo entre 2% e 5,2%. Em 2017 ele recebeu o embalo da queda abrupta da inflação, do aumento dos empregos, do crescimento da massa salarial, da reação moderada do crédito e da liberação extraordinária de recursos do FGTS.

O ciclo de recuperação do crédito, expresso nos saldos para pessoas físicas, avançou menos que nas situações anteriores, embora novos instrumentos (como o consignado) surgidos ao longo do tempo não permitam uma comparação direta. Há agora, porém, a característica da necessidade de desalavancagem, menos importante nos ciclos de antes porque o nível de crédito ainda era baixo, embora crescesse rapidamente. No quarto trimestre de 2014, o estoque de crédito livre para famílias atingiu 13,6% do PIB, bem acima da melhor marca anterior, de 9,9%, no rápido ciclo de 2009.

Por outro lado, e é um fator alentador, a expansão do crédito para as empresas tem sido maior do que a que se depreende pelo simples exame das estatísticas





do sistema financeiro e do que faria supor a derrocada do crédito direcionado via BNDES. O BC selecionou 1.400 companhias que detinham 80% do saldo do crédito total do BNDES. Pelos números do SFN, esse endividamento caiu 19,1%, ou R\$ 86,3 bilhões, mas ele foi compensado pelo aumento das dívidas contraídas nos mercados de capitais, que cresceram 18,5%, ou R\$ 21,2 bilhões) e no externo (15,6% mais, ou R\$ 101,7 bilhões). Considerado o financiamento amplo, com todas as fontes, ele cresceu 3,1% entre dezembro de 2016 e maio de 2018.

A tendência à obtenção de recursos nos mercados de capitais e não pela via direta dos empréstimos bancários, persiste este ano e aumentou 18,3% até maio. Há duas boas notícias aí. A redução dos subsídios do BNDES trouxe a convergência de custos com os mercados de capitais e o mercado externo. Além disso, para o BC, "esse movimento guarda maior consistência com a tendência já observada de melhoria gradual da formação bruta de capital fixo".

Greve de caminhoneiros faz BC ver crescimento de apenas 1,6%

Estimativa anterior era de 2,6%.
Autarquia também vê inflação maior

GABRIELA VALENTE
E CÁSSIA ALMEIDA

BRASÍLIA E RIO - Com a atividade econômica mais fraca e os impactos da greve dos caminhoneiros, o Banco Central (BC) diminuiu a previsão para o crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) deste ano de 2,6% para 1,6%, conforme o Relatório Trimestral de Inflação, divulgado ontem. O documento prevê ainda inflação maior: 4,2%. No trimestre passado, a estimativa do BC era de 3,8%. A paralisação dos caminhoneiros também está por trás dessa alta. No entanto, a greve não comprometeu as expectativas para os preços para os próximos dois anos, que estão menores. A previsão para o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA, usado na meta oficial de inflação) para 2019 caiu de 4,1% para 3,7%. Já para 2020, a perspectiva passou de 4% para 3,7%.

IPEA PROJETA EXPANSÃO
DE 1,7%

Também citando a paralisação dos caminhoneiros, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) foi outra entidade a rever suas projeções de crescimento e inflação. O corte para 2018 foi maior que o do BC: de 3% para 1,7%. Com

relação ao IPCA, as estimativas subiram para 4,2% este ano e 4,3% em 2019 — acima, portanto, da meta do BC para o ano que vem, de 4,25%. Na Carta de Conjuntura, o Ipea afirma que a fragilidade fiscal do país foi agravada “pela greve dos caminhoneiros, que representou um choque de oferta negativo sobre a economia, causou significativa perda de produto e aumento de preços, e teve impactos diretos e indiretos sobre as contas públicas.” O BC, por sua vez, argumenta em seu relatório que o momento atual prescreve a manutenção da Taxa Selic. Mas o presidente da autarquia, Ilan Goldfajn, afirmou que, devido a choques na economia, como alta do dólar e greve de caminhoneiros, o BC não dará sinalização sobre os próximos passos da política monetária.

— Não é o momento de sinalização futura. Temos choques na economia — argumentou Ilan. — Tem alguns bancos centrais que divulgam toda a trajetória de juros ao longo dos cenários deles. Nós temos feito um esforço mais modesto de sinalizar o próximo passo. Só que, nessa conjuntura, todos os membros do Copom concordaram que há um maior nível de incerteza. Perguntado se o BC, ao não sinalizar suas próximas ações, não aumentaria o pessimismo dos agentes econômicos, Ilan disse apenas que é preciso, antes, entender os impactos desses choques na economia. A Taxa

Selic está em 6,5% ao ano, mas alguns economistas trabalham com a possibilidade de uma elevação ainda neste ano, apesar do nível fraco de atividade. O BC elevou sua projeção para o desempenho da agricultura, de queda de 0,3% para crescimento de 1,9%. Já a previsão para a indústria caiu de 3,1% para 1,6%. Ilan também foi perguntado sobre a atuação do BC no mercado de câmbio.

Ele respondeu que estava ali para falar de política monetária e voltou a frisar que não há uma relação direta entre a alta do dólar e a decisão de mexer nos juros: — O que eu posso dizer, para não deixar de responder completamente, é que vamos continuar acompanhando os mercados e dando liquidez com vários instrumentos, se for necessário. DÓLAR RECUA 0,49% Ontem, o dólar comercial recuou 0,49%, a R\$ 3,857, refletindo a revisão para baixo do Produto Interno Bruto (PIB) dos EUA, de 2,2% para 2%. O BC não ofereceu contratos novos de dólar. Já o Ibovespa, índice de referência do mercado acionário, encerrou em alta de 1,64%, aos 71.766 pontos. Um dos destaques foram as ações da Embraer, que subiram 3,52%. O colunista do GLOBO Lauro Jardim revelou que o acordo da empresa com a Boeing pode sair nas próximas semanas.





RESULTADO DE MAIO - CONTAS PÚBLICAS TÊM DÉFICIT DE R\$ 11 BI

BRASÍLIA - Após um resultado positivo em abril, as contas públicas registraram um déficit de R\$ 11 bilhões em maio. O número diz respeito às contas do governo central, que reúne os resultados do Tesouro Nacional, da Previdência Social e do Banco Central. No acumulado dos primeiros cinco meses do ano, as contas fecharam com um déficit de

R\$ 16,4 bilhões. As receitas líquidas do governo aumentaram 7,9% no ano e 9,8% no mês. Em maio, essa conta foi influenciada principalmente por um salto de 60% nas chamadas receitas não administradas pelo Fisco, consequência de pagamento de dividendos (a parte da União no lucro das estatais) pela Caixa e pelo BNDES. As receitas também foram impactadas por um saque de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Soberano. (Bárbara Nascimento)

EVOLUÇÃO DAS PROJEÇÕES DO BC

CRESCIMENTO DO PIB EM 2018

QUADRO RELATÓRIO DE INFLAÇÃO

PREVISÃO DO BC DE CRESCIMENTO EM 2018

SET.2017	DEZ.2017	MAR.2018	JUN.2018
2,2%	2,6%	2,6%	1,6%

IPCA fechado no ano	2018	2019	2020
Setembro de 2017	4,3%	4,2%	4,1%
Dezembro de 2017	4,2%	4,2%	4,1%
Março de 2018	3,8%	4,1%	4%
Junho de 2018	4,2%	3,7%	3,7%

Fonte: Banco Central

Mudança na composição de previsão do crescimento em 2018

	EM MAR.	EM JUN.
Oferta		
Agropecuária	-0,3%	1,9%
Indústria	3,1%	1,6%
Serviços	2,4%	1,3%
Demanda		
Investimentos	4,1%	4%
Consumo das famílias	3%	2,1%
Consumo do governo	0,5%	-0,2%

Editoria de Arte

Metas duvidosas

O resultado mais promissor dos ajustes econômicos dos últimos dois anos foi a queda da inflação a patamares mais próximos dos observados no mundo desenvolvido.

Graças à recuperação da credibilidade do Banco Central, à supersafra agrícola e —pelo lado negativo dos motivos— à permanência do desemprego elevado, o IPCA mostrou alta de apenas 2,95% em 2017, a menor taxa desde o 1,65% de 1998.

Há diferença sensível de circunstâncias entre os dois momentos. Vinte anos atrás, a estabilidade dos preços se amparava num controle insustentável da cotação do dólar, abandonado pouco depois da reeleição de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Agora pode-se crer, com algum otimismo, no amadurecimento da política monetária.

Está próximo de completar duas décadas o regime de metas de inflação, que, na maior parte desse período, fez-se acompanhar de seus princípios mais importantes: autonomia do BC para fixar os juros, livre flutuação do câmbio e divulgação transparente de resultados e projeções à sociedade.

Do ano passado para cá, deu-se o passo restante — e já tardio — de estabelecer objetivos mais ambiciosos para o IPCA. Em vez dos 4,5% anuais que vigoram desde 2005, o governo propôs buscar 4,25% em 2019, 4% em 2020 e, como se definiu há pouco, 3,75% em 2021.

Nada existe de extraordinário, ressalte-se, em tais percentuais. Nas economias maduras, trabalha-se em geral com 2%, e em países emergentes mais organizados, como Chile e México, com 3%.

Por um misto de ideologia e comodismo, esse movimento foi adiado pelos governos petistas —

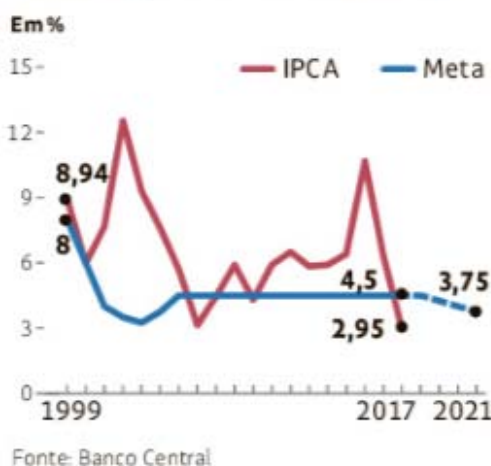
imaginava-se que, assim, seria possível adotar juros menos elevados. No entanto a tolerância com a inflação desorganiza o ambiente de negócios e não raro ocasiona consequências mais graves, como ocorreu na gestão de Dilma Rousseff.

Boas intenções à parte, restam dúvidas consideráveis quanto às condições objetivas de perseguir as metas fixadas para os próximos anos. Para início de conversa, não se sabe se o presidente a ser escolhido neste ano concordará com tal estratégia. Tampouco existe clareza acerca da evolução de fatores que podem influenciar os preços.

Neste momento, o BC nem mesmo se aventura a sinalizar os próximos passos de sua política, enquanto a cotação do dólar é impulsionada pelo mercado global e pela incerteza eleitoral doméstica.

Para o futuro, a incógnita é o reequilíbrio do Orçamento, do qual o país depende para dispor de uma moeda minimamente confiável.

Governo volta a buscar metas de inflação mais ambiciosas



Obra inacabada

BRUNO BOGHOSSIAN

Michel Temer era um governante com apenas 31% de rejeição quando sancionou a lei que pretendia limitar a influência política sobre as empresas estatais, em junho de 2016. O presidente achou uma boa ideia estabelecer restrições à indicação de dirigentes dessas companhias pelos partidos de sua base aliada.

A disparada da impopularidade de Temer, a crise aberta pela delação da JBS e a pressão dos próprios políticos trataram de transformar essa reforma em uma obra inacabada.

Dois anos depois da entrada em vigor da Lei de Responsabilidade das Estatais, a maioria das empresas se adequou às regras, incluindo em seus estatutos normas de transparência e auditoria. Das 113 companhias atualmente submetidas à lei, 87 adaptaram seus estatutos no prazo.

“É uma lei paradigmática, porque muda um conceito: tiramos a governança da vontade e colocamos atributos legais claros”, diz o secretário de Empresas Estatais do Ministério do Planejamento, Fernando Soares.

O maior avanço da legislação foi

determinar que dirigentes das companhias precisam ter experiência e não podem ser filiados a partidos ou sindicatos. Seria uma ilusão, porém, acreditar que os políticos deixariam de dar as cartas nesse jogo.

Enfraquecido, Temer fez concessões no varejo. Aceitou, por exemplo, manter o PP no comando da Caixa mesmo depois da revelação de suspeitas de corrupção no banco.

O presidente cedeu aos partidos políticos e esfriou planos de privatização da Casa da Moeda, controlada pelo PTB, e do aeroporto de Congonhas, para agradar ao PR de Valdemar Costa Neto. Um Congresso indisciplinado também estabeleceu entraves à capitalização da Eletrobras.

“Discutir privatização em ano eleitoral não é fácil. Mas não significa que esse debate esteja bloqueado”, pondera o secretário de Estatais.

Ao celebrar um ano da lei, em 2017, Temer se orgulhou: “Nós frustramos interesses de gente poderosa”. Em pouco tempo, o presidente lembrou que precisava deixar essa gente satisfeita para ficar no poder.

Jogando contra

Seria ingenuidade acreditar que, em ano eleitoral, o Congresso fosse se dedicar com afinco a aprovar medidas de ajuste fiscal, geralmente tidas como impopulares. Mas o que está acontecendo na atual legislatura vai muito além da natural prevalência de interesses eleitorais em época de campanha; trata-se de verdadeira ofensiva contra os cofres públicos, que se realiza não apenas por meio de sabotagem das iniciativas do governo com vistas a equilibrar as contas, mas também em razão da aprovação de mais e mais benefícios a organizados grupos de pressão.

Tudo isso no embalo do enfraquecimento do governo, cuja imensa e irracional impopularidade serve de pretexto para todo tipo de iniciativa oportunista – inclusive por parte de governistas – destinada a desmoralizar o imprescindível saneamento das contas. Na semana passada, a Câmara concedeu benefícios para empresas transportadoras, mesmo depois que o governo aceitou conceder R\$ 13,5 bilhões em renúncias fiscais para os caminhoneiros, como resultado da greve da categoria. O impacto desse privilégio adicional ainda não foi calculado.

Além disso, o Senado aprovou decreto legislativo que permite a venda direta de etanol das usinas para os postos de combustível, driblando as distribuidoras, o que deve gerar grandes perdas tributárias. Não à toa, esses movimentos do Congresso estão sendo chamados de "farra fiscal" por membros da equipe econômica. Ao mesmo tempo, os deputados e senadores estão dificultando ou adiando a aprovação de projetos de interesse do governo, como o que facilita a venda das deficitárias distribuidoras da Eletrobrás, com a qual se espera economizar R\$ 20 bilhões, e o que autoriza a Petrobrás a vender até 70% das áreas de cessão onerosa na Bacia de Santos, o que poderia render até R\$ 100 bilhões aos combalidos cofres nacionais.

"Não há dúvida de que a questão eleitoral neste momento é importante", admitiu o ministro da Secretaria de Governo, Carlos Marun, responsável pela articulação entre o Palácio do Planalto e o Congresso. Marun tenta

transmitir otimismo, mas não há nada no horizonte do Congresso que autorize qualquer esperança. Ao contrário: aparentemente, mesmo entre governistas, parece haver uma disposição cada vez maior de bravatear independência em relação ao governo, abraçando projetos contrários aos planos da equipe econômica. "Acho que desandou um pouco", disse o deputado Beto Mansur (PRB-SP), vice-líder do governo na Câmara.

O parlamentar reconhece que o Congresso parece ter "esquecido" os profundos problemas fiscais do País. Mansur citou especialmente os generosos descontos para endividados do Funrural e para micro e pequenas empresas em novo Refis, concedidos pelo governo depois de muita pressão do Congresso. "Teve mais renúncia do que deveria ter", afirmou o deputado. Tudo isso tem passado na frente dos projetos considerados prioritários pela equipe econômica, que competem não apenas com o oportunismo dos parlamentares, mas com a Copa do Mundo, as festas juninas, o recesso de julho e, finalmente, a eleição de outubro.

Não se imagina que o governo tenha força para enfrentar tamanhos obstáculos e aprovar seus projetos – ou, pior, para barrar os variados pleitos por mais e mais benefícios fiscais. Essa situação escancara, como se ainda fosse necessário, o profundo fosso existente entre o Congresso e a realidade do País. A cada votação, o erário sai mais lanhado. Não há discussão séria sobre os impactos das decisões tomadas pelos parlamentares, num padrão de comportamento que se verifica desde a formulação da Constituição – que, como se sabe, criou uma série de despesas obrigatórias, engessando o Orçamento e travando o desenvolvimento do País.

Como lembrou o senador José Serra em recente artigo no Estado, pouco importa o formidável estoque de leis e regulamentos disponíveis para exercer o controle fiscal se, na outra ponta, os representantes dos eleitores escolhem aprofundar os gastos públicos sem que haja a correspondente fonte de recursos – numa afronta à mais elementar das regras de gestão econômica de um país.

Mudança em regra do TCU impede leilão de áreas de pré-sal este ano

Cessão onerosa. Governo esperava arrecadar R\$ 100 bi com a licitação do petróleo excedente das áreas de pré-sal prevista para ocorrer no dia 26 de novembro, mas não terá tempo suficiente para enviar informações cobradas pelo Tribunal de Contas da União

Anne Warth
Adriana Fernandes

O governo não poderá mais fazer, neste ano, o leilão do óleo excedente do pré-sal, que poderia render até R\$ 100 bilhões aos cofres públicos. Sem a licitação, prevista para ocorrer no dia 29 de novembro, a Petrobrás também deixará de receber o pagamento pela revisão dos termos do contrato que trata dessas áreas, chamado de cessão onerosa. O acordo da cessão onerosa foi fechado pela Petrobrás com a União e permitiu à estatal explorar 5 bilhões de barris de petróleo em campos do pré-sal, sem licitação. Em troca, a empresa pagou R\$ 74,8 bilhões ao governo. Nos anos seguintes, porém, a cotação do barril de petróleo caiu muito, motivada por tensões geopolíticas e preocupações quanto ao desempenho da economia, entre outros fatores. Em razão disso, a Petrobrás alega que pagou à União um valor muito alto no acordo de 2010 e argumenta ter direito de ser ressarcida.

O motivo da postergação do leilão é uma mudança nos critérios de acompanhamento de desestatizações do Tribunal de Contas da União (TCU), aprovada na semana passada. A Corte de contas passou a exigir do poder público o envio de um extrato com todas as informações relacionadas a qualquer licitação, com antecedência mínima de 150 dias da data da publicação do edital. Isso obriga o governo a enviar todos os dados seis meses antes do dia da disputa. Por esse novo critério, o governo já perdeu o prazo. Pela regra antiga, as desestatizações eram avaliadas em cinco estágios diferentes, o que permitia ao governo entregar documentos ao mesmo tempo que organizava a disputa. A 15.^a Rodada de Petróleo e Gás, que ocorreu no dia 29 de março, teve de ser alterada um dia antes, quando o TCU mandou retirar duas áreas da rodada.

A nova regra do TCU entrou em vigor no dia 25 de junho, quando foi publicada no Diário Oficial da União. Se enviasse o extrato com as informações da licitação ontem, dia 28 de junho, a União só poderia publicar o edital do leilão no dia 26 de novembro. Entre a publicação do edital e a realização do leilão, o intervalo padrão seguido pelo governo é de 45 dias. Se tudo ocorresse sem atrasos, a licitação só poderia ocorrer no dia

9 de janeiro. Critérios. O Estadão/Broadcast apurou, no entanto, que o governo não tem essas informações prontas para o envio, nem está próximo de concluir o levantamento dos dados necessários. Entre os dados estão a descrição do objeto a ser desestatizado, a previsão de valor de investimentos e o cronograma licitatório.

O secretário executivo do Ministério de Minas e Energia (MME), Marcio Félix, disse que o TCU está participando das discussões sobre cessão onerosa e afirmou que o governo vai dialogar em busca da melhor solução. A Petrobrás não respondeu. O TCU informou que novos casos seguirão a regra aprovada na semana passada, e os já em andamento vão continuar a seguir a instrução antiga. O órgão foi questionado de forma específica sobre se a regra já valia para o leilão do excedente da cessão onerosa. Informou apenas que, no período de transição entre as normas, poderia fazer avaliações caso a caso. A reportagem apurou, no entanto, que o governo só conseguiria realizar o leilão em 2018 se a nova regra fosse revogada. Sem o leilão, o governo também não terá como pagar a Petrobrás este ano. A União contava com essa arrecadação para pagar a companhia.

Liminar não afeta venda de empresas, diz governo

Avaliação é de que privatização das distribuidoras da Eletrobrás, prevista para o dia 26 de julho, está garantida por cinco leis diferentes

Anne Warth / BRASÍLIA

A liminar concedida pelo ministro Ricardo Lewandowski a respeito da necessidade de o Congresso aprovar a privatização de empresas públicas não afeta o leilão das distribuidoras da Eletrobrás, marcado para o dia 26 de julho, exceto no caso da Ceal, subsidiária de Alagoas. Essa é a avaliação do governo, segundo o secretário de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) do Ministério do Planejamento, Fernando Antônio Ribeiro Soares. O secretário citou cinco leis diferentes que permitem a privatização das distribuidoras. A primeira é a lei que dispõe sobre o Programa Nacional de Desestatização (PND), atual Programa de Parceiras de Investimentos (PPI). A lei que autorizou a federalização das distribuidoras Ceal (Alagoas), Ceron (Rondônia), Cepisa (Piauí) e Eletroacre (Acre), também

previa a posterior privatização das companhias.

Outras duas medidas provisórias trataram de forma específica da federalização e posterior privatização da Boa Vista e da Amazonas Energia. E a Lei 12.783/2013 também previu que a União deveria licitar as distribuidoras cujos contratos de concessão não fossem renovados. “Na avaliação do Ministério do Planejamento, os critérios estão cumpridos para cinco das seis distribuidoras”, afirmou Soares ao Estadão/Broadcast. Ele reconheceu que a viabilidade da privatização da Amazonas Energia depende ainda da aprovação do projeto de lei no Congresso, mas destacou que isso tampouco impede o leilão da empresa.

Soares ressaltou que o caso da Ceal é diferente, pois o ministro deu uma liminar específica retirando a distribuidora do leilão por uma disputa entre Alagoas e a União. Na época da federalização, estava previsto que o dinheiro obtido com a venda da companhia poderia abater parte da dívida do

Estado. Na ação, o governo de Alagoas quer uma recomposição de R\$ 1,7 bilhão pelas ações da companhia, mas nas discussões com o governo o pedido era de R\$ 4 bilhões. “Nesse caso, a ideia é separar a questão da desestatização da Ceal da discussão da dívida entre União e Alagoas”, disse o secretário.

O governo do Piauí também tem uma ação sobre a Cepisa no STF, mas, diferentemente de Lewandowski, a ministra Rosa Weber não concedeu liminar impedindo o leilão. O problema, disse Soares, é que o endividamento e o prejuízo da Ceal só aumentaram nos últimos 20 anos, o que fez com que a empresa ficasse sem valor de mercado. “Temos a discussão do valor do contrato assinado na época, atualizado pelos valores de hoje, em face do preço do leilão. Só que essas distribuidoras só têm valor para quem comprá-las e fizer melhorias na qualidade do serviço. Hoje, sem investimentos, elas têm um valor muito baixo, por isso decidimos pela venda pelo valor simbólico de R\$ 50 mil”, explicou.

Governo espera economizar 46% em gastos com telefonia

Com licitação unificada para contratar serviço, estimativa é de reduzir em R\$ 97,7 milhões os gastos totais este ano

Lorena Rodrigues /
BRASÍLIA

O governo concluiu uma licitação unificada para a contratação de serviços de telefonia para 367 unidades da administração federal, que deverá reduzir quase à metade os gastos com o serviço. Consórcio formado por Telefônica (Vivo), Oi e Telemar arrematou um lote que inclui ligações entre telefones fixos e móveis em São Paulo, Rio de Janeiro, Distrito Federal, Ceará, Paraíba e Pará. O contrato será de R\$ 48 milhões. No restante dos Estados brasileiros, a Claro foi vencedora de outros seis lotes para fornecer telefonia móvel, e um para telefonia fixa, com contratos que somam cerca de R\$ 20 milhões. Com isso, o governo espera uma economia de R\$ 97,7 milhões no gasto total com telefonia, que somou R\$ 213 milhões em 2018. Segundo o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin, mais de 90% da administração federal participou da licitação, incluindo quase todos os ministérios e órgãos como Embrapa, IBGE e INSS.

Os novos contratos valerão à medida que forem encerrados os que estão em vigor com cada órgão. Além de unificar as concorrências, mudanças na forma de contratar serviços também contribuíram para que o governo cortasse gastos. No caso da licitação de telefonia, por exemplo, uma modificação importante foi deixar de contratar separadamente provedores de telefonia móvel e telefonia fixa, para contratar “combos”. Nos seis Estados onde havia concorrência – mais de um provedor de telefonia fixa, por exemplo – foi feita licitação para contratar os dois serviços, mais serviços de dados, em um só pacote. “É como acontece com os cidadãos, as operadoras oferecem pacotes que saem mais baratos do que os serviços individuais”, completou o secretário. Com isso, a ligação de móvel para fixo em São Paulo, por exemplo, caiu de R\$ 0,60 para R\$ 0,13 por minuto.

“Essa diferença de centavinhos por ligação é o que vai dar economia de quase R\$ 100 milhões por ano.” Uber. A licitação unificada para a telefonia faz parte de uma série de ações que o governo vem tomando nos últimos anos para ganhar escala nas compras federais e baixar

preços. Já foram centralizadas compras de passagens aéreas e material de escritório. Em outubro, o governo fará, pela segunda vez, uma licitação para contratar serviços de transporte para os funcionários públicos – o chamado de TaxiGov. Desta vez, porém, poderão participar da concorrência aplicativos de transporte de passageiros, como Uber e Cabify.

Em 2016, quando ocorreu a primeira licitação, apenas táxis participaram porque esses aplicativos ainda não estavam regulamentados, o que foi feito em março deste ano com a sanção de lei aprovada no Congresso. O serviço também será expandido para outras cidades além de Brasília, onde já funciona. Desde a criação do TaxiGov, o gasto anual com transporte de funcionários – que incluíram motorista e manutenção dos carros oficiais – caiu de cerca de R\$ 32 milhões para R\$ 7 milhões. Segundo Rubin, o governo teve de fazer um esforço para controlar os gastos de manutenção da máquina pública que estão sendo comprimidos com o crescimento dos gastos obrigatórios – como pagamento da folha de pessoal – e com a regra do teto, que limita o aumento das despesas públicas.

União terá de usar agências para compra de passagens

Mais de quatro anos depois de passar a comprar passagens aéreas diretamente no site das companhias, o governo será obrigado a retornar ao modelo anterior e usar agências de viagens. Nesta sexta-feira, perde a validade a Medida Provisória 822, que libera o governo de reter, no ato da compra, os tributos federais incidentes sobre o valor da passagem, regra prevista para todas as compras governamentais. Sem essa liberação, os órgãos não podem fazer a compra diretamente no site das empresas porque os preços cobrados já têm os tributos federais embutidos e o pagamento tem de ser feito pelo valor em tela. Até janeiro, vigorava lei que liberava a retenção dos impostos, mas a regra tributária prevê que essa exceção só pode ser feita por quatro anos. O governo então enviou a medida provisória em março, que não foi votada e caducará hoje.

A compra direta de passagens aéreas permitiu uma redução de 15% a 19% no preço médio de cada passagem, uma economia de cerca de R\$ 40 milhões entre 2015 e 2018, de acordo com o Ministério do Planejamento. Neste ano, porém, o governo não poderá enviar uma nova MP com o mesmo tema e, com dificuldades também de aprovar projeto de lei no Congresso, a tendência é que tenha de fazer licitação para contratar uma agência de viagens para atendê-lo até o fim do ano. A partir de segunda-feira, cada órgão usará, emergencialmente, contratos já em vigor com agências. “Estamos diante de uma situação muito ruim para a eficiência da máquina pública, que deverá funcionar no segundo semestre porque a MP não foi votada no prazo. Não há outra solução, teremos de fazer contrato com agências de viagem”, disse o secretário executivo do Ministério do Planejamento, Gleisson Rubin. /L.R.

CONJUNTURA »

BC reduz previsão de alta do PIB para 1,6%

Economia esfriou no início do ano e foi golpeada pela greve dos caminhoneiros em maio, aponta Relatório Trimestral de Inflação. Documento avalia que alta do dólar reduzirá importações, mas terá efeito limitado sobre a inflação

» ANTONIO TEMÓTEO



Para Ilan Goldfajn, incertezas aumentaram: "O momento não prescreve indicação futura de política"

O Banco Central (BC) revisou de 2,6% para 1,6% a expectativa de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2018. A estimativa consta do último Relatório Trimestral de Inflação (RTI), divulgado ontem. De acordo com a autoridade monetária, a queda na projeção foi influenciada pelo esfriamento da atividade econômica no início do ano e pela acomodação dos indicadores de confiança de empresas e consumidores, além da perspectiva de impactos diretos e indiretos da greve dos caminhoneiros na geração de riquezas no país.

Com a revisão, a estimativa do BC para o PIB se aproximou da mediana das expectativas do mercado, atualmente em 1,5%. Entretanto, é inferior à projeção dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, atualmente em 2,5%. Esse dado, porém, deve ser revisado para perto de 1,5% na próxima divulgação do Relatório Bimestral de Receitas e Despesas.

A equipe comandada por Ilan Goldfajn explicou que a paralisação do transporte de cargas, em maio, dificultou a avaliação recente da atividade econômica. Os diretores do BC apontaram que os dados de abril mostraram recuperação mais consistente do que nos meses anteriores. "Entretanto, indicadores referentes a maio e, possivelmente, junho deverão refletir os efeitos da referida paralisação, afetando a dinâmica da atividade no segundo trimestre e influenciando a revisão da projeção de crescimento anual", avaliaram.

Câmbio

Além de sinalizar um crescimento menor, o BC revisou a estimativa para o déficit em transações correntes de 2018. A expectativa é de que o rombo nas contas externas seja de 0,6% do PIB, o equivalente a US\$ 11,5 bilhões. A estimativa anterior era de saldo negativo de 1,1%. "A revisão foi feita ao considerar que as importações

deverão crescer em ritmo mais moderado, dado o gradualismo da recuperação da economia brasileira e os impactos da depreciação do câmbio", detalhou o relatório.

Apesar de considerar que o câmbio afetará significativamente o fluxo de comércio exterior, a autoridade monetária avalia que o nível de repasse da alta do dólar para os preços internos tende a ser pequeno. "A despeito da significativa depreciação cambial no trimestre encerrado em maio (15,2%), os preços dos bens industriais registraram elevação modesta (0,32%) no período, com destaque para a queda sazonal no preço do etanol", destacou.

Juros

Ao comentar o relatório, Ilan Goldfajn manteve a porta aberta para uma possível alta de juros nas próximas reuniões do Comitê de Política Monetária (Copom). Isso só ocorrerá, porém, se as expectativas de inflação ficarem desancoradas e se a alta do dólar afetar o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

No mercado, analistas apostam que a taxa básica de juros (Selic) permanecerá em 6,5% ao ano até janeiro, pelo menos. "Avaliamos que, dependendo dos dados, do grau de repasse do câmbio e da ancoragem das expectativas, o Copom manterá





a Selic nas próximas reuniões”, comentou o diretor de Pesquisas e Estudos Econômicos do Bradesco, Fernando Honorato Barbosa,.

Desde que iniciou o ciclo de corte de juros, e mesmo quando interrompeu o processo, a diretoria do BC sinalizava os próximos passos que tomaria. Entretanto, esse trecho foi retirado do comunicado e da ata da última reunião do Copom. “O momento não prescreve indicação futura de política. Precisamos avaliar como os choques vão repercutir na economia brasileira, se têm impactos perenes, se há choques mais duradouros. Temos de avaliar. Não acreditamos que o momento é de indicação futura”, disse Ilan.

Como já havia feito na ata da última reunião do Copom, o BC informou que as estimativas de inflação passaram de 3,6% para

4,2%, em 2018, e de 4% para 4,1% no próximo ano. A projeção para 2020 foi mantida em 4,1%. A equipe de Ilan Goldfajn estimou que a inflação terá alta de 1,06% em junho. A expectativa é de 0,27% em julho, de 0,20% em agosto, chegando a 4,23% no acumulado de 12 meses.

Na avaliação do economista-chefe para a América Latina do Goldman Sachs, Alberto Ramos, a decisão de manter a porta aberta para alta de juros se justifica pelo fato de que a inflação projetada para 2019 aumentou, ficando mais próxima da meta, de 4,25%, e de que o balanço de riscos piorou. “Há menor probabilidade de a inflação permanecer abaixo da meta e maior prêmio de risco nos ativos brasileiros, impulsionado pela reversão em curso do cenário externo frente aos mercados emergentes”, disse.

CONJUNTURA »

Deficit de R\$ 16,4 bi

» ROSANA HESSEL

As contas do governo central (Tesouro, Banco Central e Previdência) acumularam deficit primário de R\$ 16,4 bilhões de janeiro a maio deste ano. Foi o terceiro pior resultado para o período na série histórica, iniciada em 1997. O resultado negativo foi puxado pelo aumento de 9% no rombo da Previdência, que somou R\$ 76,3 bilhões. Somente em maio, o resultado negativo foi de R\$ 11 bilhões.

Apesar de as contas continuarem no vermelho, o secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, fez uma avaliação otimista dos dados, uma vez que o deficit primário acumulado encolheu 56,5% em termos reais (descontada a inflação) na comparação ao rombo recorde de R\$ 36,6 bilhões do mesmo período de 2017. “É um resultado positivo, porque foi melhor do que o esperado”, destacou. Ele observou ainda que a receita cresceu

em ritmo mais forte do que a despesa.

Nos primeiros cinco meses do ano, a receita líquida teve aumento real de 7,9%, graças, em grande parte, a receitas extraordinárias, como parcelamento especial do Refis, royalties de petróleo, saque do Fundo Soberano e dividendos de estatais. As despesas cresceram 3,8% no mesmo período.

O valor dos dividendos recebidos pelo Tesouro, de R\$ 5,5 bilhões, dos quais R\$ 4,8 bilhões apenas em maio, surpreendeu especialistas. “Essa receita e o saque de R\$ 3,5 bilhões do Fundo Soberano não estavam na conta e contribuíram para que o deficit primário fosse menor”, destacou o economista Fabio Klein, da Tendências Consultoria. Klein previa um rombo acumulado de R\$ 22,5 bilhões.

“O resultado fiscal não é muito bom, porque ainda há muita receita extraordinária, e é complicado avaliar, considerando os efeitos contábeis que afetaram

positivamente a receita”, destacou Vilma da Conceição Pinto, pesquisadora do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV). Segundo ela, a tendência é de piora, porque junho não deverá ser um mês favorável para as contas públicas, já que o impacto da greve dos caminhoneiros prejudicou a arrecadação. Além disso, os gastos do governo aumentam no segundo semestre.

Mansueto admitiu que o resultado primário do governo deve piorar no segundo semestre, uma vez que, em julho, o governo fará atualização dos parâmetros macroeconômicos, reduzindo a projeção de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), atualmente em 2,5%, e incluirá as despesas extraordinárias de R\$ 9,5 bilhões com o subsídio para o diesel acordado entre o governo e os caminhoneiros. Com isso, a previsão de resultado primário para o ano, que era de deficit de R\$ 152,9 bilhões, deverá atingir o teto da meta fiscal, de R\$ 159 bilhões negativos. Será portanto, bem maior do que o rombo registrado em 2017, de R\$ 124,2 bilhões.